

Os Presidentes e a Ditadura Militar



| *Os Presidentes e a Ditadura Militar*

Os Presidentes e a Ditadura Militar



CASA CIVIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL



Copyright © 2001 by Arquivo Nacional

Praça da República, 173, 20211-350, Rio de Janeiro - RJ

Tel./Fax: (21) 2179-1253

Fotos da Capa: Manobras militares, Rio de Janeiro, 1964. A.N. Correio da Manhã, (PH-FOT 00229.324) e Passeata, Rio de Janeiro, 1968. A.N. Correio da Manhã, (PH-FOT 00229.339)

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Dilma Vana Rousseff

Secretária-Executiva da Casa Civil da Presidência da República

Erenice Alves Guerra

Diretor-Geral do Arquivo Nacional

Jaime Antunes da Silva

Equipe Técnica do Arquivo Nacional

Coordenador-Geral de Acesso e Difusão Documental

Haroldo Mescolin Regal

Coordenador de Pesquisa e Difusão do Acervo

Maria Elizabeth Brêa

Redação de Textos e Pesquisa de Imagens

Alba Gisele Gouget, Claudia Heynemann, Dilma Cabral e Vivien Ishaq

Edição de Texto

Alba Gisele Gouget e Vivien Ishaq

Revisão

Alba Gisele Gouget e José Cláudio Mattar

Projeto Gráfico

Giselle Teixeira

Para a elaboração desta publicação livro, contamos com o apoio da Radiobrás na cessão das imagens relativas ao governo de Ernesto Geisel.

Agradecemos a colaboração da Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos do Arquivo Nacional.

S U M Á R I O

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Apresentação | 1 |
| João Belchior Marques Goulart | 3 |
| Pascoal Ranieri Mazzilli | 11 |
| Humberto de Alencar Castelo Branco | 15 |
| Artur da Costa e Silva | 21 |
| Junta militar | 27 |
| Emílio Garrastazu Médici | 31 |
| Ernesto Geisel | 37 |
| João Batista de Oliveira Figueiredo | 45 |
| Tancredo de Almeida Neves | 53 |
| Referências bibliográficas | 56 |

A P R E S E N T A Ç Ã O

Esta publicação digital é parte do livro *Os presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva*, editado pelo Arquivo Nacional.

Para o sítio *Memórias Reveladas* são destacados os presidentes que se relacionam ao período de exceção instalado a partir de março de 1964 e que perdurou até 1985. Essa edição compreende desde o mandato de João Goulart, destituído em março de 1964 pelo golpe militar, à eleição de Tancredo de Almeida Neves, que, apesar de não haver assumido o cargo, marcou o início do processo de redemocratização do Brasil.

Os presidentes e a ditadura militar contém dados biográficos dos mandatários do país, acompanhados de informações acerca dos acontecimentos políticos e econômicos e das principais manifestações culturais do período, que contextualizam suas gestões. Com base nos acervos textuais e iconográficos sob a guarda do Arquivo Nacional, revelam-se diferentes aspectos sobre as lutas pela democracia e pela defesa dos direitos humanos, seriamente acometidos pela ditadura instaurada no Brasil.

Maria Elizabeth Brêa
Coordenadora de Pesquisa e Difusão de Acervo



João Belchior Marques Goulart

Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de São Borja, estado do Rio Grande do Sul, em 1º de março de 1918. Iniciou sua atividade política no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo sido fundador desta agremiação em São Borja (1946) e presidente do diretório do Rio Grande do Sul (1950-1954). Elegeu-se deputado estadual (1946-1950) e deputado federal (1951), licenciando-se do mandato para assumir a Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul (1951-1952). Foi deputado federal pelo PTB-RS (1952-1953), ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do governo de Getúlio Vargas (1953-1954) e presidente nacional do PTB (1952-1964). Candidatou-se ao Senado em 1954, mas foi derrotado. Foi vice-presidente da República no governo Juscelino Kubitschek e, por força de dispositivo constitucional, presidente do Senado (1956-1961). Em 1960 reeleveu-se vice-presidente, na chapa de oposição ao candidato udenista Jânio Quadros. Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, João Goulart, ou Jango, como era conhecido, foi empossado na presidência da República, em 7 de setembro, após a aprovação pelo Congresso da emenda constitucional que instaurou o regime parlamentarista de governo. Em janeiro de

1963, com a realização do plebiscito que decidiu pela volta do regime presidencialista, Goulart assumiu plenamente os poderes de presidente. Deposto pelo golpe militar de 1964, exilou-se no Uruguai. Faleceu no exílio, no município argentino de Mercedes, em 6 de dezembro de 1976.

Período presidencial

O presidente João Goulart assumiu a presidência do país sob regime parlamentarista, tendo como primeiro-ministro Tancredo Neves. O primeiro gabinete parlamentarista foi formado no dia 8 de setembro de 1961 e reunia representantes da maior parte dos partidos políticos. Durante esse período, formaram-se ainda os gabinetes Francisco de Paula Brochado da Rocha e Hermes Lima. Em 6 de janeiro de 1963, em plebiscito antecipado, 11.500.000 dos 18 milhões de eleitores compareceram à votação, confirmando a opção pelo presidencialismo por larga margem de votos. Formou-se, então, um novo ministério.

João Goulart manteve uma política externa independente perante a polarização mundial: em 23 de novembro de 1961 reatou relações diplomáticas com a URSS, rompidas no governo Dutra; manifestou-se contrário às sanções impostas ao governo cubano e recusou-se a apoiar a invasão a Cuba, proposta pelo presidente Kennedy. Ao mesmo tempo, tornou explícita sua crítica ao regime político cubano e atuou, a pedido dos Estados Unidos, como mediador junto a Havana, externando a preocupação brasileira com a instalação de mísseis soviéticos na ilha. Em dezembro de 1962, destacou-se a criação do Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental (COLESTE) e o decreto que estabeleceu medidas para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), organização nascida com o Tratado de Montevidéu em 1960.

Ainda em dezembro de 1962, foi divulgado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Elaborado por Celso Furtado, futuro ministro Extraordinário para Assuntos de Desenvolvimento

Econômico, o plano seria adotado e conduzido pelo ministro da Fazenda San Tiago Dantas. Seu principal objetivo era a contenção da inflação aliada ao crescimento real da economia, prevendo também as chamadas reformas de base, já anunciadas no regime parlamentarista e que incidiam sobre as estruturas agrária, bancária, fiscal, entre outras. Durante esses anos de governo, as reformas e os reajustes salariais e a estabilização da economia, com o controle da inflação, foram os dois pólos de conflito da política econômica e da tentativa de implementação do Plano Trienal. Às pressões externas, do governo americano e do Fundo Monetário Internacional (FMI), condicionando os empréstimos externos à adoção de medidas restritivas ao crescimento, correspondiam as reivindicações populares e dos setores da esquerda brasileira.

Em 1963, o ministro San Tiago Dantas visitou Washington, e discutiu um plano de ajuda para o Brasil e a renegociação da dívida externa. O resultado foi o empréstimo de 398 milhões de dólares, com a imediata liberação de 84 milhões, ficando o restante vinculado à realização das reformas econômicas exigidas. A falência do Plano Trienal, evidenciada com os altos índices inflacionários, levou ao anúncio de mais um plano de estabilização e combate à inflação, em outubro de 1963, quando o Banco do Brasil foi autorizado a emitir letras para captação de recursos internos. Em dezembro desse ano, o presidente Goulart aprovou a previdência social para os trabalhadores rurais, a obrigatoriedade das empresas com mais de cem empregados proporcionarem ensino gratuito, e o 13º salário para o funcionalismo público, instituindo, ainda, a escala móvel para o reajuste dos vencimentos. Outros atos importantes nesse mês foram a revisão de todas as concessões governamentais das jazidas minerais, assim como o cancelamento das concessões não exploradas no curso dos vinte anos anteriores. O governo também taxou os óleos lubrificantes vendidos por empresas estrangeiras e outorgou à Petrobras o monopólio das importações de petróleo. A reforma fiscal empreendida nesse período teve como objetivo deter a alta dos preços.

Em 1964, em meio às tensões sociais e à pressão externa, precipitaram-se os acontecimentos. Em 13 de março, o presidente discursou na Central do Brasil para 150 mil pessoas, anunciando reformas como a encampação de refinarias particulares de petróleo. Em 19 de março, realizou-se, no Rio de Janeiro, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada pela Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) e a Sociedade Rural Brasileira (SBR), entre outras entidades. A marcha tinha como objetivo mobilizar a opinião pública contra a política desenvolvida pelo governo de Jango, que conduziria, de acordo com seus opositores, à implantação do comunismo no Brasil. Em 25 de março ocorreu a Revolta dos Marinheiros, quando marinheiros e fuzileiros navais contrariaram ordens do ministro da Marinha e foram, posteriormente, anistiados por Goulart, acirrando as tensões entre seu governo e os setores militares. No dia 30 de março, o presidente compareceu a uma reunião de sargentos, discursando em prol das reformas pretendidas pelo governo e invocando o apoio das forças armadas. Em 31 de março de 1964, o comandante da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais, iniciou a movimentação de tropas em direção ao Rio de Janeiro. Apesar de algumas tentativas de resistência, o presidente Goulart reconheceu a impossibilidade de oposição ao movimento militar que o destituiu. O novo governo foi reconhecido pelo presidente norte-americano, Lyndon Johnson, poucas horas após tomar o poder.

O Brasil e o mundo

Em 1961, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com Cuba, enquanto Fidel Castro anunciava seu alinhamento com o bloco socialista. No Brasil, empresários fundaram, em novembro daquele ano, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), que se tornaria um centro de oposição ao governo Goulart. No ano seguinte, a Seleção Brasileira conquistou o bicampeonato mundial de futebol e o filme *O pagador de promessas*, de Anselmo Duarte, recebeu a Palma de Ouro no Festival de Cannes, na França. Em agosto de 1962, o território do

Acre foi elevado à condição de estado. Em 1963, uma multidão assistiu ao assassinato do presidente norte-americano John Kennedy, em Dallas, Estados Unidos. Ainda em 1963, chegou às telas o filme *Vidas secas*, de Nelson Pereira dos Santos, baseado no romance homônimo de Graciliano Ramos, e Paulo Freire desenvolveu no Nordeste o método de alfabetização em massa que o notabilizou como educador.



O presidente João Goulart no Rio Grande do Sul, novembro de 1961. Arquivo Nacional.

7.9.1961 - 31.3.1964

Os presidentes John Kennedy e João Goulart. Estados Unidos, 14 de outubro de 1962. Arquivo Nacional.



Comício na Central do Brasil.
Rio de Janeiro, 13 de março
de 1964. Arquivo Nacional.



Reunião na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, após a prisão de seus diretores e a eclosão da Revolta dos Marinheiros. Rio de Janeiro, 26 de março de 1964. Arquivo Nacional.





Pascoal Ranieri Mazzilli

Período presidencial

Em 2 de abril de 1964, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu, mais uma vez, a presidência da República, por ocasião do golpe político-militar que depôs o presidente João Goulart. Apesar disso, o poder de fato passou a ser exercido por uma junta, autodenominada Comando Supremo da Revolução, composta pelo general Artur da Costa e Silva, almirante Augusto Rademaker Grünewald e brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. O regime instaurado com o golpe de 1964 apresentava-se como uma intervenção militar de caráter provisório, que pretendia reinstaurar a ordem social e retomar o crescimento econômico, contendo o avanço do comunismo e da corrupção.

No dia 9 de abril, o Comando Supremo baixou o ato institucional nº 1 (AI-1). Redigido pelo jurista Francisco Campos, o ato estabelecia: eleições indiretas para presidente da República; suspensão temporária da estabilidade dos funcionários públicos; suspensão da imunidade parlamentar e cassação de mandatos eletivos; suspensão dos direitos políticos por dez anos; fortalecimento do poder do presidente da República, que poderia apresentar projetos de lei e emendas

constitucionais que deveriam ser votadas em trinta dias, do contrário seriam aprovadas por decurso de prazo; e decretação do estado de sítio sem aprovação parlamentar.

Após o golpe, iniciaram-se as perseguições políticas, com a queima do prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), o empastelamento da sede do jornal *Útima Hora*, que apoiava João Goulart, e a intervenção em sindicatos e federações de trabalhadores. Ainda no mês de abril, soldados invadiram a Universidade de Brasília, prendendo professores e alunos, e foi decretada a intervenção na universidade; cerca de cem pessoas tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos com base no AI-1; oficiais militares foram transferidos para a reserva; e efetuaram-se novas cassações de civis e militares. No mesmo mês, instaurou-se o Inquérito Policial Militar (IPM), que possibilitava a perseguição aos adversários do regime.

Obedecendo ao calendário eleitoral estipulado pelo AI-1, no dia 11 de abril o Congresso elegeu o marechal Castelo Branco como presidente da República e José Maria Alkmin, do Partido Social Democrático (PSD), como vice-presidente. Em 15 de abril de 1964, com a posse de Castelo Branco, iniciou-se uma longa sucessão de governos militares no país.

Ao centro, o presidente Mazzilli.
Brasília, 4 de abril de 1964.
Arquivo Nacional.





Humberto de Alencar Castelo Branco

marechal

Dados biográficos

Militar, nascido na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, em 20 de setembro de 1897. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada, na Escola de Estado-Maior e na Escola de Aviação Militar. Integrou a Seção de Planejamento e Operações da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Foi subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), comandante da Escola de Estado-Maior e diretor do departamento de estudos da Escola Superior de Guerra (ESG). Promovido a general-de-exército (1962), foi nomeado comandante do IV Exército, em Recife (1962-1963), e designado chefe do Estado-Maior do Exército (1963-1964). Foi um dos principais articuladores do golpe militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart. Através de eleição indireta passou a exercer o cargo de presidente da República em 15 de abril de 1964. Faleceu no Ceará, em 18 de julho de 1967, em acidente aéreo.

Período presidencial

O governo de Castelo Branco foi marcado pela criação de um aparato legal que procurou legitimar o progressivo endurecimento do regime. As sucessivas manifestações de oposição ao governo resultaram em intervenção em sindicatos, extinção de entidades de representação estudantis, invasão de universidades, detenções e prisões indiscriminadas. Para muitos, a saída foi o exílio. Uma das primeiras medidas do governo foi o rompimento de relações diplomáticas com Cuba, assinalando a mudança de orientação da política externa brasileira, que passaria a buscar apoio econômico, político e militar nos Estados Unidos.

Em junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão encarregado das atividades de informação e contra-informação no interesse da segurança nacional. Em julho, foi aprovada a emenda constitucional nº 9, que prorrogou o mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967. Mantida a eleição direta para governador de estado em 3 de outubro de 1965, a oposição venceu na Guanabara e Minas Gerais, provocando uma reação do governo.

Novos atos institucionais foram promulgados, ampliando os poderes do Executivo: o AI-2, em 27 de outubro de 1965, que instituiu eleições indiretas para a presidência e vice-presidência da República, a extinção dos partidos políticos e o julgamento de civis por tribunais militares; o ato complementar nº 4 (AC-4), de 20 de novembro de 1965, que estabeleceu novas regras para a reorganização partidária e impôs a formação de somente duas agremiações, que foram organizadas no prazo previsto, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição; o AI-3, de 5 de fevereiro de 1966, que determinava eleições indiretas para o governo dos estados e a indicação dos prefeitos das capitais pelos governadores; e o AI-4, de 7 de dezembro de 1966, que convocava o Congresso Nacional para votar a nova Constituição, promulgada em 24 de janeiro de 1967.

Na área econômica, foi implementado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), com o objetivo de conter a inflação, retomar o crescimento econômico e normalizar o crédito. Em 1964, destacaram-se a criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central. Nesse mesmo ano, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), com o objetivo de promover a construção e a aquisição de moradias pelas classes de menor renda. Em setembro de 1966, o governo instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que substituiu a estabilidade do trabalhador no emprego, e em novembro, unificou os institutos de aposentadoria e pensões, criando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Em janeiro de 1967 entrou em vigor a nova Constituição federal, que seria duramente criticada nos meios políticos e praticamente derogada, em dezembro de 1968, pelo ato institucional nº 5. Em fevereiro de 1967 foi baixado o decreto que autorizou a entrada em circulação do cruzeiro novo, a nova unidade monetária e, em março, entraram em vigor duas importantes leis que definiram os limites do novo regime: a Lei de Imprensa, que restringia a liberdade de expressão, e a Lei de Segurança Nacional, que definiu os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social.

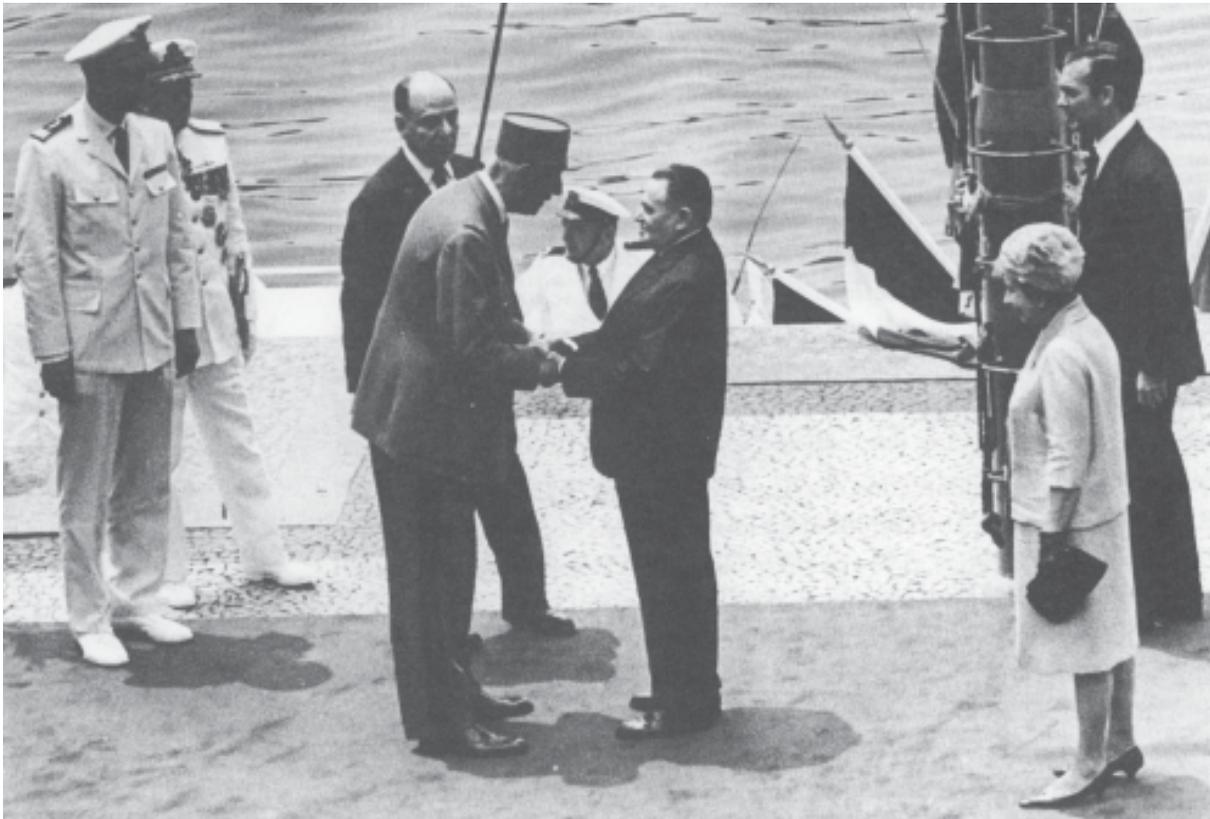
O Brasil e o mundo

O ano de 1964 foi marcado, nos Estados Unidos, pela premiação de Martin Luther King com o Nobel da Paz; a inglesa Mary Quant lançou a minissaia e os Beatles, o seu primeiro filme; no Brasil, era inaugurado o Aterro do Flamengo e estreava o show *Opinião*. Em 1965, os conflitos raciais intensificaram-se nos Estados Unidos, especialmente em Los Angeles; Malcom X e o reverendo James Reeb foram assassinados. Houve o primeiro bombardeio americano ao Vietnã do Norte e manifestações estudantis contrárias, em Washington. Na corrida espacial, a União Soviética lançou a *Voskhod II* e os Estados Unidos a *Gemini IV*. Uma força interamericana invadiu a República Dominicana

15.4.1964 - 15.3.1967

e sufocou um levante popular. No Brasil, era fundada a Rede Globo de Televisão; intelectuais foram presos durante conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA) e foi lançada a *Revista Civilização Brasileira*. Na China, em 1966, Mao Tsé-Tung dava início à Revolução Cultural. No Brasil, realizavam-se os festivais de música popular pela TV Excelsior e TV Record, onde foi lançado o programa

Castelo Branco recebe o presidente francês Charles De Gaulle no cais do Arsenal de Marinha. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1964. Arquivo Nacional.



Jovem guarda, foi fundado o Teatro Casa Grande e a seleção brasileira eliminada da Copa do Mundo na Inglaterra. No início de 1967, três astronautas americanos da *Apollo I* morreram em exercício na plataforma de lançamento de Cabo Kennedy e, no Brasil, o escritor brasileiro Antônio Callado lançou *Quarup*.

O presidente Castelo Branco com os operários da Cidade Universitária. Rio de Janeiro, março de 1965. Arquivo Nacional.





Artur da Costa e Silva

marechal

Dados biográficos

Militar, nascido na cidade de Taquari, estado do Rio Grande do Sul, em 3 de outubro de 1899. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada e na Escola de Estado-Maior do Exército. Integrou o movimento tenentista (1922), tendo sido preso e anistiado. Em 1932 aliou-se às forças que lutaram contra a revolução constitucionalista de São Paulo. Foi adido militar junto à embaixada do Brasil na Argentina (1950-1952). Promovido a general-de-divisão (1961), assumiu o comando do IV Exército, em Recife (1961-1962). Foi um dos principais articuladores do golpe militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart, e integrou o Comando Supremo da Revolução, ao lado do brigadeiro Correia de Melo e do almirante Augusto Rademaker. Ministro da Guerra durante o governo Castelo Branco (1964-1966), desincompatibilizou-se do cargo para candidatar-se às eleições indiretas na legenda da Arena. Em 3 de outubro de 1966, Costa e Silva e Pedro Aleixo foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente pelo Congresso Nacional, com a abstenção de toda

a bancada do MDB, partido opositor. Em 15 de março de 1967 foi empossado na presidência, e em agosto de 1969 afastou-se do cargo em virtude de uma trombose cerebral, sendo substituído por uma junta militar. Faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1969.

Período presidencial

Os dois primeiros anos do governo Costa e Silva foram de intensa atividade política, pois crescia o movimento de oposição ao regime militar. O Partido Comunista Brasileiro, reunido em seu VI Congresso, condenou a opção pela luta armada como forma de combate ao governo, dando origem a várias dissidências na esquerda brasileira. Em 1967 foi descoberto o foco de guerrilha rural na serra de Caparaó, Minas Gerais.

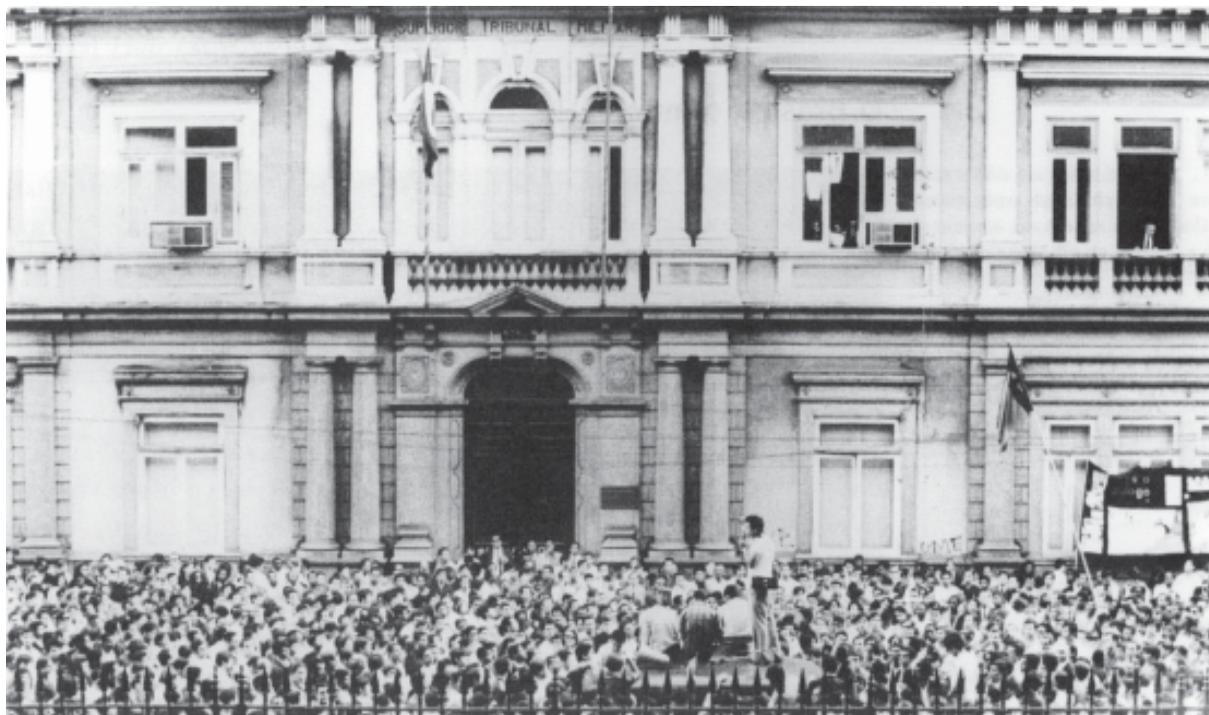
Políticos de diferentes tendências formaram a Frente Ampla, sob a liderança de Carlos Lacerda e com o apoio de Juscelino Kubitschek e João Goulart. De caráter opositor, a Frente Ampla propunha a luta pela redemocratização, anistia, eleições diretas para presidente e uma nova constituinte. O ano de 1968 foi marcado pela intensificação dos protestos e a imediata reação do governo. As manifestações estudantis, que denunciavam a falta de verbas para educação e se opunham ao projeto de privatização do ensino público, ganharam nova dimensão com a morte do estudante secundarista Edson Luís, em conflito com a Polícia Militar no Rio de Janeiro. Em resposta, houve uma greve estudantil nacional, comícios e manifestações urbanas com a participação de amplos setores da sociedade, cujo ponto alto foi a Passeata dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro. O ambiente político tornou-se ainda mais tenso, e em abril o governo proibiu a Frente Ampla, tornando ilegal suas reuniões, manifestações e publicações.

No movimento trabalhista ocorreram duas importantes greves, em Contagem (MG) e Osasco (SP), com a intervenção do governo no sindicato dos metalúrgicos desta cidade. Em outubro, a União Nacional dos Estudantes (UNE) realizou um congresso clandestino em Ibiúna

(SP), que, descoberto, resultou na prisão dos líderes estudantis. Ocorreram as primeiras ações da guerrilha urbana em São Paulo, com a explosão de uma bomba no consulado americano, o assalto a um trem pagador em Jundiaí e o roubo de armas do hospital militar do Cambuci.

Em setembro, o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, discursou na Câmara dos Deputados, responsabilizando os militares pelas violências praticadas contra os estudantes. Seu pronunciamento foi considerado ofensivo às forças armadas e resultou no pedido de cassação de seu mandato pelo governo, negado pela Câmara dos Deputados em 13 de dezembro de 1968. A derrota do governo no episódio Moreira Alves e a intensificação das manifestações contra o regime militar levaram à promulgação, ainda em 13 de dezembro, do

Manifestação estudantil em frente ao Superior Tribunal Militar. Rio de Janeiro, 4 de julho de 1968. Arquivo Nacional.



ato institucional nº 5 (AI-5), que ampliou os poderes presidenciais, possibilitando: o fechamento do Legislativo pelo presidente da República, a suspensão dos direitos políticos e garantias constitucionais, a intervenção federal em estados e municípios, a demissão e aposentadoria de funcionários públicos, entre outras medidas. O fechamento do Congresso foi acompanhado pela cassação de diversos parlamentares.

Na área econômica, o período foi de crescimento, conciliando expansão industrial, facilidade de crédito, política salarial contencionista e controle da inflação em torno de 23% ao ano. No campo administrativo, o governo criou, em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e transformou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em Fundação Nacional do Índio (Funai). Foram criadas ainda a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM).

O Brasil e o mundo

No ano de 1967, árabes e israelenses iniciaram a Guerra dos Seis Dias; Che Guevara foi morto na Bolívia, onde comandava a guerrilha contra o governo Barrientos; o governo americano intensificou a ajuda militar aos sul-vietnamitas; foi realizado o primeiro transplante de coração, na África do Sul; o rei grego Constantino foi deposto por golpe militar; Glauber Rocha lançou o filme *Terra em transe* e Plínio Marcos estreou duas peças teatrais: *Dois perdidos numa noite suja* e *Navalha na carne*. Em 1968, o mundo foi varrido por uma intensa mobilização popular e uma onda de manifestações que questionavam a ordem política vigente. Nos Estados Unidos, Martin Luther King e Robert Kennedy foram assassinados; estudantes franceses iniciaram uma rebelião que foi acompanhada por milhões de trabalhadores; em Portugal, Oliveira Salazar, afastado do governo por questões de saúde, foi substituído por Marcelo Caetano; um golpe militar depôs o presidente peruano Belaúnde Terry; tanques soviéticos invadiram a Tchecoslováquia,

sufocando o processo de reformas conhecido como “Primavera de Praga”. No Brasil, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) depredou o Teatro Ruth Escobar, em São Paulo, e agrediu o elenco da peça *Roda viva*; foi lançada a revista *Veja* e um novo filme de Glauber Rocha, *O dragão da maldade contra o santo guerreiro*. Em 1969, Yasser Arafat tornou-se o líder da OLP; o presidente De Gaulle renunciou na França, sendo substituído por Georges Pompidou; o presidente Nixon iniciou a retirada dos soldados americanos do Vietnam; o Festival de Woodstock reuniu cerca de 500 mil jovens; Neil Armstrong, astronauta americano da *Apollo XI*, pisou pela primeira vez na Lua; católicos e protestantes entram em choque na Irlanda do Norte; fracassou a tentativa de golpe no Chile; e, na Líbia, o coronel Khadafi derrubou a monarquia. No Brasil, o capitão do Exército Carlos Lamarca desertava para integrar a organização de esquerda Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foi lançado o semanário *O Pasquim* e o musical *Hair* estreava.



Costa e Silva em solenidade comemorativa do Dia da Vitória, no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, s.d. Arquivo Nacional.



Junta militar

Em 30 de agosto de 1969, Artur da Costa e Silva foi afastado da presidência da República, em virtude de uma trombose cerebral. Como o Alto Comando das Forças Armadas temesse a reabertura do Congresso e a suspensão dos atos institucionais em vigor, foi editado em 31 de agosto o ato institucional nº 12 (AI-12), que impedia a posse do vice-presidente Pedro Aleixo, sucessor natural de Costa e Silva, e dava posse à junta militar composta pelos ministros Augusto Hamann Rademaker Grünewald, da Marinha, Aurélio de Lira Tavares, do Exército, e Márcio de Sousa e Melo, da Aeronáutica.

O Congresso manteve-se fechado e a situação política foi agravada com o seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick por militantes das organizações clandestinas Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), no Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 1969. As condições impostas pelos seqüestradores foram aceitas pelo governo e 15 presos políticos, libertados e conduzidos para o México. O governo intensificou as medidas repressivas e editou o AI-13 e o AI-14. O primeiro ato estabeleceu a pena de banimento em caso de ameaça à segurança do Estado, e o segundo instituiu a pena de morte e a prisão perpétua para os casos de guerra revolucionária ou subversiva.

Em outubro, a junta editou o AI-16, que declarava extinto o mandato do presidente Costa e Silva e de seu vice Pedro Aleixo, estabelecendo, ainda, um calendário para a nova eleição presidencial. O AI-17 transferiu para a reserva os militares considerados ameaçadores à coesão das forças armadas, o que foi interpretado como um golpe naqueles que resistiam à indicação do general Emílio Garrastazu Médici à presidência da República. A junta editou também a emenda constitucional nº 1, que incorporava à Carta de 1967 o AI-5 e os atos que lhe sucederam, organizando assim todo o aparato repressivo e punitivo do Estado, e acirrando o embate entre o governo e os movimentos de esquerda. Em 22 de outubro, o Congresso Nacional foi reaberto para eleger os novos presidente e vice-presidente, Garrastazu Médici e Rademaker Grünewald, respectivamente.

Dados biográficos

Augusto Hamann Rademaker Grünewald, almirante. Militar, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1905. Participou do movimento político-militar de 1964 que depôs o presidente João Goulart. Integrou, ao lado do general Costa e Silva e do brigadeiro Correia de Melo, a junta militar autodenominada Comando Supremo da Revolução que, juntamente com o presidente interino Ranieri Mazzili, governou o país até a posse de Castelo Branco. Foi ministro da Marinha e da Viação e Obras Públicas, nos primeiros dias do governo de Castelo Branco. Com a posse de Costa e Silva na presidência da República, reassumiu o cargo de ministro da Marinha (1967-1969). Através de eleição indireta, em 30 de outubro de 1969 passou a exercer o cargo de vice-presidente da República no governo de Emílio Garrastazu Médici. Faleceu no Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1985.

Márcio de Sousa e Melo, brigadeiro. Militar, nascido na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, em 26 de maio de 1906. Foi adido militar em Buenos Aires e em Montevidéu. Nomeado ministro da Aeronáutica em 1964, permaneceu apenas 22 dias no cargo,

exonerando-se por divergências com o presidente Castelo Branco. Foi novamente ministro da Aeronáutica durante os governos Costa e Silva e Garrastazu Médici, exonerando-se do cargo em 26 de novembro de 1971. Faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1991.

Aurélio de Lira Tavares, general. Militar, nascido na cidade de Paraíba, atual João Pessoa, no estado da Paraíba, em 7 de novembro de 1905. Serviu no Estado-Maior do Exército (1943), tendo sido encarregado de organizar a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Durante o governo Castelo Branco foi comandante do IV Exército; em 1966, passou a comandar a Escola Superior de Guerra (ESG) e, durante o governo Costa e Silva, assumiu o Ministério do Exército (1967-1969). Em abril de 1970 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras e, em junho, foi nomeado embaixador do Brasil na França, cargo que ocupou até dezembro de 1974. Faleceu em 18 de novembro de 1998.



Rua Euclides Figueiredo, em Botafogo, onde foi encontrado o carro do embaixador americano Charles Elbrick, seqüestrado por militantes das organizações clandestinas ALN e MR-8. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1969. Arquivo Nacional.



Emílio Garrastazu Médici

general

Dados biográficos

Militar, nascido na cidade de Bagé, estado do Rio Grande do Sul, em 4 de dezembro de 1905. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada. Tenente do 12º Regimento de Cavalaria, em Bagé, apoiou a Revolução de 1930 e, em 1932, aliou-se às forças que lutaram contra a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, apoiou o golpe de 1964 que depôs o presidente João Goulart. Nomeado adido militar em Washington, exerceu também a função de delegado brasileiro na Junta Interamericana de Defesa Brasil–Estados Unidos. Foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1967 e comandante do III Exército, no Rio Grande do Sul, em 1969. Com o afastamento de Costa e Silva, teve seu nome indicado pelo Alto Comando do Exército à sucessão presidencial. Através de eleição indireta, passou a exercer o cargo de presidente da República em 30 de outubro de 1969. Faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1985.

Período presidencial

Com a posse do presidente Médici, entrou em vigor a emenda constitucional nº 1, que se denominou “Constituição da República Federativa do Brasil” e incorporou as medidas de exceção previstas no ato institucional nº 5 (AI-5). O período foi marcado pelo recrudescimento da repressão política, da censura aos meios de comunicação e pelas denúncias de tortura aos presos políticos. A esquerda intensificou sua ação, com várias organizações optando pela luta armada. Durante o governo Médici, foram combatidos dois focos de guerrilha rural: Ribeira, em São Paulo, e Araguaia, no Pará. Verificou-se também a intensificação da guerrilha urbana, com assaltos a bancos, seqüestro de aviões e de diplomatas estrangeiros. Em resposta à radicalização das organizações armadas de esquerda, o governo transferiu o comando das operações repressivas para a recém-criada Operação Bandeirantes (Oban), em São Paulo, que passou a se chamar Comando de Operações de Defesa Interna (CODI) e coordenava as atividades dos Departamentos de Operações e Informações (DOIs). O aparato repressivo do governo contava, ainda, com os centros de informação das forças armadas: o Ciex, do Exército, o Cenimar, da Marinha, e o Cisa, da Aeronáutica. Nesse período, assistiu-se à desestruturação das organizações de esquerda, com a prisão, exílio ou morte de seus principais líderes.

Na área econômica, numa conjuntura internacional favorável, observou-se o chamado “milagre brasileiro”, que consistiu na grande expansão da economia brasileira, expressa no vertiginoso crescimento do PIB, na estabilização dos índices inflacionários, na expansão da indústria, do emprego e do mercado interno. Em outubro de 1970, o Brasil obteve do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o maior empréstimo até então concedido a um país da América Latina. Ainda em 1970, ampliou-se o limite do mar territorial brasileiro para duzentas milhas. Nesse mesmo ano foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), lançado oficialmente o

Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e o Programa de Metas e Bases para Ação do Governo, que coordenava cerca de duzentos projetos tidos como prioritários para a política de desenvolvimento. Foi institucionalizado o Projeto Rondon, decretado o Estatuto do Índio e lançado o Plano de Integração Nacional, que previa a construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá–Santarém e Manaus–Porto Velho.

Em 1972 foi inaugurada a refinaria de petróleo de Paulínia, em São Paulo, a maior do país e, em 1973, o Brasil assinou dois importantes acordos: com a Bolívia, para a construção de um gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e Paulínia, e com o Paraguai, para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. No ano seguinte, foi inaugurada a maior usina hidrelétrica da América do Sul, na Ilha Solteira, e a ponte Presidente Costa e Silva, ligando o Rio de Janeiro a Niterói.

O Brasil e o mundo

O final do ano de 1969 foi marcado pela morte do líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN), o ex-deputado federal Carlos Marighela, em São Paulo. Em 1970 a minoria branca declarou a independência da Rodésia; os Beatles anunciaram o fim do grupo; o Chile elegeu seu novo presidente, Salvador Allende; 43 países assinaram o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares; e a seleção brasileira de futebol tornou-se tricampeã na Copa do Mundo realizada no México, trazendo definitivamente para o país a Taça Jules Rimet. Em 1971, a Organização das Nações Unidas expulsou Taiwan, reconhecendo a República Popular da China; Líbia, Egito e Síria formaram a Federação das Repúblicas Árabes; o governo chileno nacionalizou os bancos privados e as empresas estrangeiras que exploravam o cobre. No Brasil, Carlos Lamarca foi morto no interior da Bahia; no cinema surgiu o gênero pornochanchada e, na literatura, Érico Veríssimo lançava *Incidente em Antares*. Em 1972, os presidentes do Equador, José Maria Velasco Ibarra, e de Honduras, Ramón Ernes Cruz, foram depostos; Juan Domingo Perón retornou à Argentina, depois de 17 anos no exílio;

Richard Nixon visitou a China, cujas relações diplomáticas com os EUA estavam rompidas desde 1949. Ainda em 1972, o mundo ficou abalado com dois graves acontecimentos: o uso de bombas de napalm contra os vietcongs e a ação terrorista da organização Setembro Negro contra a delegação israelense nas Olimpíadas de Munique. No Brasil, era lançado mais um semanário de oposição, o *Opinião*, estreava a primeira novela em cores, *O bem amado*, de Dias Gomes, na TV Globo; e morria a atriz Leila Diniz, em acidente de aviação. Em 1973, encerrou-se oficialmente a guerra do Vietnã, mas o cessar-fogo não foi obedecido; o presidente chileno Salvador Allende foi morto durante golpe militar; a Argentina elegeu Perón e Isabelita, sua esposa, presidente e vice-presidente da República; árabes e israelenses iniciaram a guerra do Yom Kippur; na Grécia, Papadopoulos proclamou a República mas foi derrubado por golpe militar. No Brasil, ocorreu o I Festival de Cinema de Gramado; Gianfrancesco Guarnieri escreveu *Um grito parado no ar* e Leon Hirzman adaptou para o cinema *São Bernardo*, de Graciliano Ramos. Em janeiro de 1974, teve início no país a censura prévia de rádio e televisão.

Cena do filme *Macunaíma*, de Joaquim Pedro de Andrade, 1971. Arquivo Nacional.



O presidente Médici e o ministro Mário
Andreazza em visita à rodovia
Transamazônica, abril de 1972.
Arquivo Nacional.





Ernesto Geisel

general

Dados biográficos

Militar, nascido na cidade de Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, em 3 de agosto de 1908. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada e na Escola de Estado-Maior. Apoiou a Revolução de 1930 e em 1932 aliou-se às forças que lutaram contra a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Foi secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional (1946-1947), adido militar junto à embaixada do Brasil no Uruguai (1947-1950), adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas (1950-1952), subchefe do Gabinete Militar no governo Café Filho (1955), chefe da Seção de Informações do Estado-Maior do Exército (1957-1961), cargo que acumulou com o de representante do Ministério da Guerra no Conselho Nacional do Petróleo, e chefe do Gabinete Militar do presidente Ranieri Mazzilli (1961). Participou do movimento político-militar que originou o golpe de 1964, tendo sido nomeado chefe do Gabinete Militar do presidente Castelo Branco (1964-1967). Promovido a general-de-exército em 1966, foi ministro do Supremo Tribunal Militar (1967-1969) e

presidente da Petrobras (1969-1973). Através de eleição indireta passou a exercer o cargo de presidente da República em 15 de março de 1974. Em junho de 1980 tornou-se presidente da Norquisa-Nordeste e, nessa qualidade, do Conselho de Administração da Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene). Faleceu no Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1996.

Período presidencial

O governo Geisel foi marcado, desde seu início, pelo processo denominado pelo próprio presidente como de *distensão lenta, gradual e segura*, com vistas à reimplantação do sistema democrático no país. O binômio desenvolvimento e segurança, formulado pela ESG, foi mantido durante seu governo, caracterizado pela convivência entre uma política de tendência liberalizante e a atuação dos órgãos de segurança implantados após o golpe militar de 1964.

Em 1974, o governo permitiu a realização de propaganda eleitoral, proibida desde a edição do AI-5, e os candidatos do MDB à Câmara dos Deputados e ao Senado obtiveram uma expressiva vitória nos principais estados do país, aumentando consideravelmente a bancada oposicionista nas duas casas. No início desse ano havia expirado o prazo de suspensão dos direitos políticos dos primeiros cassados pelo AI-1, como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros e, em 1975, teve fim a censura prévia ao jornal *O Estado de S. Paulo*, medida estendida mais tarde a outros órgãos da imprensa.

As iniciativas liberalizantes não evitaram, entretanto, os recuos autoritários do governo, registrando-se, durante todo o período Geisel, a repressão às organizações clandestinas e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a utilização, em diversas ocasiões, do AI-5. A morte por enforcamento do jornalista Vladimir Herzog, ainda em 1975, nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, resultou em manifestações políticas contra o governo e evidenciou a existência de divergências com os setores militares contestadores da política de distensão. No

ano seguinte, a morte do operário Manuel Fiel Filho, no mesmo local e nas mesmas condições, levaria à exoneração do comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Melo, e ao confronto entre o governo e os militares que se opunham ao processo de abertura do regime. As relações entre a Igreja e o governo acirraram-se, em 1976, com o seqüestro do bispo de Nova Iguaçu (RJ), dom Adriano Hipólito, e o assassinato do padre João Bosco Burnier, em Mato Grosso, ambos envolvidos na formação de comunidades eclesiais de base e em movimentos populares.

Ainda em 1976, foi elaborada a Lei Falcão, que alterou a propaganda eleitoral, impedindo o aparecimento de candidatos ao vivo no rádio e na televisão. Em 1977, o Congresso Nacional foi fechado por 14 dias, em virtude da não aprovação da proposta de reforma do Poder Judiciário encaminhada pelo governo. Para assegurar a maioria governista no Legislativo, instituiu-se, em seguida, o chamado “pacote de abril”, que incluía uma série de medidas, dentre as quais a manutenção de eleição indiretas para governadores; a eleição indireta de um terço dos membros do Senado, que resultaria na criação da figura do “senador biônico”; a ampliação das restrições impostas pela Lei Falcão e a extensão do mandato do sucessor de Geisel para seis anos.

Em outubro desse mesmo ano, foi demitido o ministro do Exército, general Sílvio Frota, cuja candidatura à sucessão presidencial era articulada por setores militares identificados com a chamada linha-dura. Registrou-se, em maio de 1978, a primeira greve de operários metalúrgicos desde 1964, em São Bernardo do Campo, salientando-se, na ocasião, a liderança de Luís Inácio da Silva, o Lula, presidente do sindicato da categoria.

Desde o início do governo Geisel, imprimiu-se nova orientação à política externa brasileira, substituindo-se o alinhamento automático com os Estados Unidos, privilegiado nos períodos anteriores, pela ampliação de relações diplomáticas e comerciais com países da África, Ásia e Europa. Nesse sentido, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer

o governo português formado em seguida à derrubada da ditadura salazarista, em 25 de abril de 1974; foram reatadas relações com a República Popular da China e estabelecidas embaixadas em Angola, Moçambique, Guiné Equatorial, entre outras iniciativas.

No que se refere à política econômica, as principais metas do governo Geisel foram estabelecidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento, que priorizava os investimentos no setor energético e em indústrias básicas, com o intuito de adequar a economia à crise internacional do petróleo e ao estágio de desenvolvimento industrial do país, e de reduzir o capital estrangeiro em setores considerados infra-estruturais. Nesse sentido, foi lançado, em 1975, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) e assinado o acordo nuclear Brasil–Alemanha. O plano econômico do governo ressentiu-se, entretanto, do impacto da crise do petróleo, do aumento da dívida externa e do desequilíbrio da balança de pagamentos. Nesse contexto, uma das medidas defendidas pelo governo, em outubro de 1975, foi a adoção de contratos de risco entre a Petrobras e empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo no país. Em 1978, no final do governo Geisel, os principais problemas da economia continuavam sendo o crescimento da taxa de inflação e da dívida externa.

Em 31 de dezembro de 1978, o presidente Geisel revogou o AI-5, dando um passo decisivo no processo de redemocratização do país.

O Brasil e o mundo

Em 1974, a Revolução dos Cravos Vermelhos pôs um fim aos 48 anos de ditadura salazarista; iniciou-se o processo de descolonização portuguesa na África. Na Argentina, morreu Juan Domingo Perón, assumindo a presidência Isabelita Perón, deposta por um golpe militar no ano seguinte; na Grécia, ocorreram grandes manifestações populares, que derrubaram a ditadura militar; o presidente americano Richard Nixon renunciou após escândalo que ficou conhecido como caso *Watergate*. No Brasil, saía de circulação o jornal *Correio da Manhã*.

Em 1975, Portugal reconheceu a independência de suas antigas colônias, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé; Angola declarou sua independência e dissidências internas levaram o país à guerra civil. Com a morte do general Francisco Franco, chefe do governo espanhol desde 1936, Juan Carlos de Bourbon assumiu o poder, sendo coroado rei no ano seguinte. Ainda em 1975, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou a “Pastoral Social”, enfatizando problemas sociais e econômicos; teatros paulistas fecharam em protesto contra a censura e foi proibida a veiculação da novela *Roque Santeiro*. No ano de 1976, o presidente Geisel autorizou o traslado do corpo do ex-presidente João Goulart, falecido na Argentina, para São Borja, e o



Missa campal pelo aniversário de Brasília, 21 de abril de 1978. Radiobrás.

15.3.1974 - 15.3.1979

ex-presidente Juscelino Kubitschek, morto em acidente automobilístico, foi velado no Rio de Janeiro e enterrado em Brasília por milhares de pessoas. Em 1977, Leonid Brejnev assumiu a chefia do Soviete Supremo, na URSS; o Congresso brasileiro aprovou o divórcio e Raquel de Queirós tornou-se a primeira mulher a integrar a Academia Brasileira de Letras. Em 1978, o mundo teve três papas: Paulo VI foi sucedido por João Paulo I, que morreu logo após ser pontificado, sendo eleito João Paulo II. O início de 1979 marcou a instalação de uma república islâmica no Irã, com a destituição do xá Reza Pahlevi, após violentas manifestações populares.

O presidente Geisel no desfile militar de 7 de setembro. Brasília, s.d. Arquivo Nacional.





Recepção oferecida ao presidente americano Jimmy Carter no Palácio da Alvorada. Brasília, 28 de março de 1978. Radiobrás.



Encontro do presidente Geisel com membros da Arena no Palácio da Alvorada. Brasília, 14 de outubro de 1978. Radiobrás.



João Batista de Oliveira Figueiredo general

Dados biográficos

Militar, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1918. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e na Escola Superior de Guerra. Durante o governo Jânio Quadros integrou a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Participou do movimento político-militar que originou o golpe de 1964, tendo sido nomeado chefe da agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Rio de Janeiro (1964-1966). Foi comandante da Força Pública de São Paulo (1966-1967), do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas – Dragões da Independência (1967-1969) e chefe do estado-maior do III Exército (1969). Chefe do Gabinete Militar do governo Médici (1969-1974), tornou-se ministro-chefe do SNI durante o governo Geisel (1974-1979), sendo promovido a general-de-exército em 1977. Através de eleição indireta, passou a exercer o cargo de presidente da República em 15 de março de 1979. Faleceu no Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1999.

Período presidencial

O general Figueiredo assumiu a presidência da República reafirmando o projeto de abertura política iniciado no governo anterior. Em agosto de 1979 foi aprovada a Lei de Anistia que, apesar das restrições, beneficiou cidadãos destituídos de seus empregos, presos políticos, parlamentares cassados desde 1964, permitindo a volta de exilados ao país. Foram também anistiados os responsáveis pelos excessos cometidos em nome do governo e da segurança nacional. Em novembro, foi aprovada pelo Congresso Nacional a nova Lei Orgânica dos Partidos que extinguiu o bipartidarismo. Com o fim da Arena e do MDB, formaram-se o Partido Democrático Social (PDS), que congregava a maior parte dos ex-arenistas; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), constituído sobretudo pelos antigos emedebistas; o Partido Popular (PP), fundado pelo senador emedebista Tancredo Neves e dissidentes da antiga Arena; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado pela ex-deputada Ivete Vargas; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola e o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado pelo líder sindical Luís Inácio Lula da Silva. Ainda em novembro, foi aprovado o projeto do governo que previa eleições diretas de governadores e extinguiu a figura do senador eleito indiretamente.

Em 1980, verificaram-se reações ao processo de abertura do regime, quando grupos de direita foram responsabilizados por atentados a bomba em bancas de jornais que vendiam periódicos de esquerda. Em agosto desse ano, cartas-bombas foram enviadas à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e ao presidente da OAB, resultando na mutilação do funcionário José Ribamar, da Câmara, e na morte da secretária Lida Monteiro da Silva, da OAB. Em 1981, ocorreria o caso mais polêmico do governo Figueiredo, quando duas bombas explodiram nas proximidades do Riocentro, no Rio de Janeiro, durante a realização de um show comemorativo do Dia do Trabalho. As únicas

vítimas do atentado foram dois militares lotados no CODI do I Exército. O episódio teve ampla repercussão pública e o resultado do inquérito, inocentando os dois militares, seria colocado sob suspeição, e acarretaria uma grave crise no governo.

No que diz respeito à política econômica, registrou-se, durante o governo Figueiredo, o esgotamento do modelo econômico adotado pelos governos militares, agravado pela nova crise do petróleo em 1979 e a elevação dos juros no mercado internacional. Em 1979, o governo congelou as importações de petróleo e criou o Conselho Nacional de Energia. Intensificaram-se, nesse período, as atividades do Proálcool e estenderam-se os contratos de risco com empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo a todo o território nacional. Em 1981, o aumento da dívida externa, que girava em torno de 61 bilhões de dólares, associado ao crescimento negativo do PIB e aos altos índices inflacionários geraram o fenômeno denominado pelos economistas como estagflação, ou seja, estagnação das atividades econômicas e produtivas aliada à inflação dos preços.

Em 1982 foi criado o Finsocial, que destinava 0,5% da renda bruta de empresas públicas e privadas a programas considerados pelo governo como prioritários, atribuindo o gerenciamento desses recursos ao BNDE, que passaria a chamar-se Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Paralelamente ao quadro de crise econômica, observou-se, desde 1978, a eclosão de movimentos grevistas de diversas categorias profissionais, destacando-se, em 1980, a paralisação dos metalúrgicos do ABC paulista, mantida por 41 dias, e que resultou em demissões, choques com as tropas da polícia e do Exército, intervenção em sindicatos, e na prisão e enquadramento de líderes sindicais na Lei de Segurança Nacional (LSN).

Em 1981 reuniu-se a primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) e dois anos depois foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em relação à política externa, o governo Figueiredo manteve a orientação pragmática adotada por seu antecessor, privilegiando o estabelecimento de relações comerciais com países que propiciassem vantagens ao desenvolvimento nacional. Destacou-se, no período, a reaproximação com a Argentina, e a criação, em 1980, de uma comissão bilateral para analisar futuras ações de interesse para os dois países.

Em novembro de 1982 realizaram-se eleições diretas para o Congresso e os governos estaduais. A oposição obteve maioria na Câmara dos Deputados e o PDS, no Senado e nos governos estaduais.

Em 1983 formou-se uma frente única que reuniu partidos e entidades de oposição numa campanha que tomou o país, reivindicando eleições diretas para a presidência da República, era a campanha das “Diretas já”. A emenda constitucional das diretas, de autoria do deputado peemedebista Dante de Oliveira, foi derrotada na Câmara em abril de 1984. Em janeiro de 1985, Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos indiretamente pelo Colégio Eleitoral, respectivamente, presidente e vice-presidente da República, derrotando os candidatos governistas Paulo Maluf e Flávio Marcílio.

O Brasil e o mundo

O início do governo coincidiu com a queda do ditador Idi Amin Dada, de Uganda; a ditadura nicaragüense de Anastásio Somoza foi derrubada pela guerrilha sandinista; a União Soviética invadiu o Afeganistão; e teve início a guerra civil em El Salvador. No Brasil, dom Ivo Lorscheiter foi eleito presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em 1980, a minoria branca se retirou do governo da Rodésia, que passou a se chamar Zimbábue; começou a guerra do Golfo, entre Irã e Iraque; na Polônia, portuários iniciaram movimento grevista que paralisou Gdansk, nascia o sindicato livre Solidariedade, liderado por Lech Walesa, que receberia, em 1983, o Prêmio Nobel da Paz; a censura brasileira liberou a peça *Calabar*, de Chico Buarque de Holanda; foi descoberta jazida de ouro em Serra Pelada. Em 1981, em

Washington, um atentado feriu o presidente americano Ronald Reagan; em Roma, o papa João Paulo II também sofria um atentado; os jornais noticiaram estranha doença que atacava a comunidade gay americana. Em 1982, Argentina e Grã-Bretanha iniciaram a Guerra das Malvinas, que terminou com a rendição argentina; chegava ao fim o regime autoritário na Bolívia e o México declarava moratória unilateral; denunciado o caso Proconsult, de manipulação na contagem de votos na eleição direta para governador do Rio de Janeiro. Em 1983, pesquisadores franceses isolaram o vírus da AIDS; os Estados Unidos invadiram Granada e depuseram o governo socialista; chegou ao fim a ditadura militar na Argentina; o filme brasileiro *Pra frente Brasil* foi premiado no Festival de Berlim; entrava no ar a Rede Manchete de Televisão. Em 1984 ocorreram eleições diretas no Uruguai após 11 anos de ditadura; Desmond Tutu, bispo negro sul-africano, recebeu o Prêmio Nobel da Paz; Indira Gandhi, primeira-ministra indiana, foi assassinada por separatistas sikhs; China e Inglaterra fizeram acordo para a devolução de Hong Kong; o filme brasileiro *Memórias do Cárcere* foi premiado em Cannes; ocorreu a primeira greve na história da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e nascia o primeiro bebê de proveta no Brasil. Em março de 1985, Mikhail Gorbatchev assumiu a secretaria geral do Partido Comunista da União Soviética.

15.3.1979 - 15.3.1985

No dia da posse, o presidente Figueiredo desce a rampa do Planalto em companhia do ex-presidente Geisel. Brasília, 15 de março de 1979. Radiobrás.



O presidente Figueiredo no dia da posse. Brasília, 15 de março de 1979. Radiobrás.





Audiência do presidente Figueiredo com os ministros Golberi do Couto e Silva e Delfim Neto. Brasília, 14 de agosto de 1979. Radiobrás.



Ministro Andreazza visita a favela da Maré. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1982. Radiobrás.



Tancredo de Almeida Neves

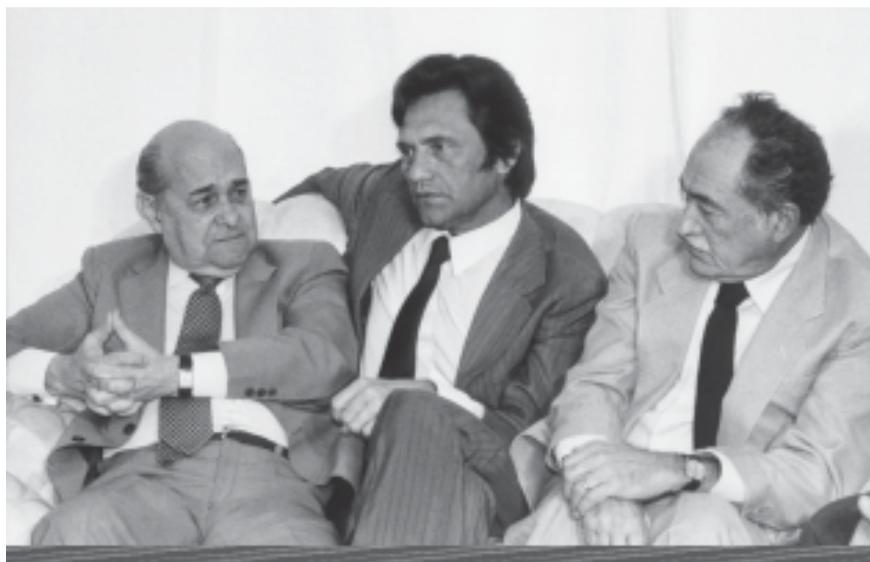
Dados biográficos

Advogado, nascido na cidade de São João del Rei, estado de Minas Gerais, em 4 de março de 1910. Iniciou sua carreira política no Partido Progressista (PP), por cuja legenda foi eleito vereador de São João del Rei (1935-1937). Elegeu-se deputado estadual (1947-1950) e deputado federal (1951-1953) na legenda do Partido Social Democrático (PSD). De 25 de junho de 1953 até o suicídio de Getúlio Vargas exerceu o cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores. Novamente eleito deputado federal (1954-1955), foi diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1955) e da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil (1956-1958). Assumiu a Secretaria de Finanças do estado de Minas Gerais (1958-1960). Com a renúncia de Jânio Quadros e a instauração do regime parlamentarista, tornou-se primeiro-ministro (1961-1962). Eleito deputado federal em 1963, com a extinção dos partidos políticos e a decretação do bipartidarismo pelo AI-2, de 27 de outubro de 1965, ingressou no MDB, tornando-se um dos seus líderes. Reelegeu-se deputado federal seguidas vezes (1963-1979). Senador pelo MDB em 1978, com a volta do pluripartidarismo fundou o Partido Popular (PP) e, nessa legenda, continuou a exercer seu

mandato (1979-1982). Ingressou no PMDB e elegeu-se governador de Minas Gerais (1983-1984). Em virtude da derrota da emenda Dante de Oliveira, que propunha a realização de eleições diretas para presidente da República em 1984, foi lançado candidato à presidência por uma coligação de partidos de oposição reunidos na Aliança Democrática, tendo como vice o senador José Sarney. Foi eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985, vencendo o candidato governista Paulo Maluf. Na véspera da posse, em 14 de março de 1985, foi internado em estado grave, assumindo interinamente o cargo o vice-presidente José Sarney. Faleceu em São Paulo, no dia 21 de abril de 1985. A lei nº 7.465, de 21 de abril de 1986, determinou, em seu art. 1º, que Tancredo Neves passaria a figurar na “galeria dos que foram ungidos pela Nação brasileira para a Suprema Magistratura, para todos os efeitos legais”.

Tancredo Neves com o deputado
Ulisses Guimarães. S.I.,
8 de fevereiro de 1985. Radiobrás.





Tancredo Neves com Marcos Freire e Miguel Arraes, ambos do PMDB de Pernambuco. S.I., 11 de janeiro de 1985. Radiobrás.



Funerais do presidente Tancredo Neves chegam em São João del Rei. Minas Gerais, 24 de abril de 1985. Radiobrás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em:
<http://www.mre.gov.br>.

BRASIL. Presidência da República. *Governos da República*. 3. ed. rev. e atual. Brasília: Casa Civil, 1996.

BRASIL. Presidência da República. *Informações históricas: galeria dos presidentes*. Disponível em:
<http://www.presidenciadarepublica.gov.br>

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Os presidentes da República: guia de acervos privados*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Alzira Alves de Abreu et al. (coord.). 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; CPDOC, 2001. 5v.

ENCICLOPÉDIA Nosso Século. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 10v.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

JORNAL DO BRASIL. *Jornal do Século*. Disponível em:
<http://www.jbonline.com.br>.

LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MUSEU DA REPÚBLICA. Centro de Referência da História Republicana Brasileira. *Presidências*. Disponível em: <http://republicaonline.org.br>

PENA, Lincoln de Abreu. *República brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

REVISTA VEJA. Arquivo Veja Disponível em: <http://vejaonline.abril.com.br>

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

_____. *Uma história do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.